

03.02.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: [CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais](#)

Jorge Ascensão, Helena Pedroso e Paulo Cardoso.

Recebidos por: Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, Ana Rita Bessa (CDS-PP), Maria Germana Rocha (PSD), Maria Augusta Santos (PS) e Joana Mortágua (BE).

Assunto: O momento da educação em Portugal.

Exposição: O Presidente da Comissão cumprimentou os elementos da delegação indicou-lhes a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os membros da delegação agradeceram a audiência, solicitaram um compromisso parlamentar de médio e longo prazo a nível de políticas educativas e centraram a sua comunicação em 3 tópicos:

1. Reponderação do regime de acesso ao ensino superior, propondo que o Ensino Secundário se centrasse nas aprendizagens e o acesso fosse independente e desenvolvido pelas universidades, libertando as escolas da pressão das notas;
2. Defesa da importância da intervenção parental e da necessidade de tempo efetivo para a participação dos encarregados de educação, realçando ainda que as associações parentais e particularmente a CONFAP, não tinham tempo de serviço para o exercício das suas funções;
3. Necessidade de equipas multidisciplinares para uma escola inclusiva, da área de saúde e outras, para além dos professores, desde a pré-escola e do 1.º ciclo, para os alunos começarem com bases.

Informaram ainda que não queriam uma escola (modelo de escola atual) a tempo inteiro, mas sim uma escola com tempo para as expressões, desporto e atividade lúdica e que discordavam da separação consubstanciada no ensino vocacional.

Por último, realçaram que noutros países era dado mais apoio estatal (de âmbito financeiro e logístico) às associações de pais.

Interveio de seguida a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), tendo referido que as escolas querem que os pais vão mais à escola, mas às vezes queixam-se da participação dos mesmos. Perguntou depois como viam o ensino vocacional e que propostas faziam e qual o sistema de financiamento das associações de pais.

A Deputada Maria Germana de Sousa (PSD) manifestou-se a favor de um debate amplo na educação, perguntou o que pensavam da alteração recente do modelo de avaliação, se tinham sido ouvidos, se defendiam uma aferição no meio ou no final do ciclo, qual o modelo que

consideravam mais adequado em relação ao ensino vocacional e se havia necessidade de uma alteração legislativa em relação ao envolvimento parental nas escolas.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) pediu indicação das facilidades e dificuldades da CONFAP para levar os pais à escola, questionando se muitas vezes não vão por desinteresse, mas antes porque a escola não os cativa. Perguntou depois o que pensavam em relação à descentralização de competências nos municípios e se a maior intervenção destes podia gerar mais participação dos pais. Por último, questionou o que se poderia fazer para permitir aos alunos chegarem ao ensino superior.

A Deputada Joana Mortágua (BE) fez referência a um estudo recentemente divulgado que concluiu que o insucesso escolar estava relacionado com o estatuto social desfavorecido dos alunos, realçando que a escola criava e reproduzia as desigualdades sociais. Enfatizou depois a importância das alterações ao regime de acesso ao ensino superior.

De seguida defendeu a participação dos pais no conselho pedagógico, considerando insuficiente a participação no conselho de escola, que só reunia 1 ou 2 vezes por ano. Discordou ainda da realização de reuniões com avaliação de alunos feitas em plenário, considerou que não havia efectivamente educação sexual e pediu uma avaliação da matéria.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os membros da delegação reiteraram a importância da participação parental na escola e referiram que os pais devem ser chamados a participar mais. Consideraram que se verificava uma deficiente preparação dos docentes em termos pedagógicos, com reflexos no âmbito da educação para a sexualidade, cidadania e expressões.

Referiram que a designação vocacional cria estigma e defenderam que até ao 9.º ano todos os alunos deviam ter formação geral, mas com respostas diferenciadas, consoante as necessidades. Informaram depois que 90% do seu financiamento era atribuído pelo Ministério da Educação, tendo um orçamento de 50.000€, mas não lhe sendo atribuído apoio administrativo e logístico, sendo que a falta de tempo para o exercício desta função no momento atual é muito crítico, pois não podem descurar as suas responsabilidades profissionais e o tempo pós-laboral é insuficiente para responder às necessidades, lembrando o âmbito nacional da CONFAP. Salientou ainda que tinham de cumprir os requisitos fiscais e contabilísticos exigidos a entidades económicas.

Informaram que não concordavam com o modelo anterior de avaliação externa dos alunos, tendo-o considerado muito selectivo, mas manifestaram concordância com a existência de avaliação para melhoria. Referiram que esperavam que a avaliação fosse levada a sério e que o acompanhamento das dificuldades fosse atempado. Discordaram do término do *Preliminary English Test* (PET), considerando-o uma oportunidade e de carácter equitativo para os alunos.

Indicaram depois que a escola convida os pais para discutir problemas e não para uma participação global e isso afasta-os, desmotiva, não obstante também se verifiquem casos de negligência dos pais.

Em relação à descentralização de competências nos municípios defenderam a autonomia, mas mais regulamentada. No que respeita ao acesso ao ensino superior, propuseram que sejam as



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

faculdades a fazer a selecção, com critérios previamente definidos e convénios para aceitação por todas as faculdades.

Consideraram ainda que a escola não minimiza as dificuldades dos alunos e não dá as mesmas oportunidades. Por último, defenderam a necessidade de mais formação do director de turma, que é o representante da escola junto dos pais, e a liberdade de escolha da escola. A terminar a audiência, o Presidente da Comissão pediu que remetessem histórias de sucesso, casos de boas práticas.

A documentação entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 03 de fevereiro de 2016

A assessora

Teresa Fernandes